

La construcción de identidad del negro y la negra, y la valorización de la cultura y religión

The construction of the identity of black man and black woman, and the valuation of culture and religion

Samuel Marques Mingote¹

Antonio Carlos Ferreira²

Resumen

En este artículo, presentaremos los elementos de la construcción de la identidad brasileña, específicamente la identidad de las mujeres negras. Desde esta perspectiva, el trabajo da centralidad a la relación entre europeos blancos y negros. Una identidad brasileña construida a través de grandes desafíos entre estas tres culturas, desafíos que impregnaban el tiempo y se mantuvieron durante los periodos colonial, imperial y republicano. Se analizará la perspectiva de las diversas formas del intento de invisibilidad de las personas negras, específicamente las mujeres negras. Sin embargo, el artículo también enfatiza la resistencia y la valorización de las mujeres en diferentes espacios, entre ellos Candomblé. Todo el análisis se presenta dando centralidad a la perspectiva descolonial, en un esfuerzo por desnaturalizar todas y cada una de las formas que se centran en la matriz blanca, eurocéntrica, sexista, sexista y racista. Este intento de descolonizar el pensamiento, sobre todo, sirve para observar cómo se ven las negras y los negros en Brasil, pero también refuerza el papel de la resistencia de los negros.

Palabras Claves: Candomblé, Decolonialidad del poder, Identidad nacional, Mujeres negras.

Resumo

Neste artigo, buscar-se-á apresentar os elementos da construção da identidade brasileira, mais especificamente a identidade das mulheres negras. Nessa perspectiva a reflexão dá centralidade à relação com indígenas, negras/os e brancas/os. Uma identidade brasileira construída através de grandes desafios entre essas três culturas, desafios esses que perpassaram o tempo, e se mantiveram durante os períodos colonial, imperial e republicano. Analisar-se-á a perspectiva das diversas formas de tentativa de invisibilidade do povo negro, em específico, as mulheres negras. Contudo, o artigo também ressalta a resistência e valorização das mulheres em diferentes espaços, dentre eles o Candomblé. Toda a análise é apresentada dando centralidade à perspectiva decolonial, num esforço de desnaturalização de toda e qualquer forma que esteja centrada na matriz branca, eurocêntrica, machista, sexista e racista. Esta tentativa de descolonizar o pensamento, sobretudo, serve para observarmos como a negra e o negro são vistos no Brasil, mas também se reforça o papel da resistência do povo negro.

Palavras-chave: Candomblé, Decolonialidade do poder, Identidade nacional, Mulheres negras.

¹ Graduado em Filosofia pelo ISTA | Instituto Santo Tomás de Aquino (2019).

² Mestre em Antropologia Teológica e Teologia Espiritual pelo Teresianum. Pontificia Facoltà Teologica - Roma (2001); Mestre em Teologia com ênfase em Bíblia pela Pontificia Universidade Católica de São Paulo, Campus Ipiranga (2016). Atualmente professor tutor no Claretiano – Rede de Educação.

Abstract

In this article, we will present the elements of the construction of Brazilian identity, specifically the identity of black women. From this perspective, work gives centrality to the relationship between black and white Europeans. A Brazilian identity built through great challenges between these three cultures, challenges that permeated the time and were maintained during the colonial, imperial and republican periods. The perspective of the various forms of attempted invisibility of black people, specifically black women, will be analyzed. However, the article also emphasizes the resistance and appreciation of women in different spaces, including Candomblé. The whole analysis is presented giving centrality to the decolonial perspective, in an effort to denature each and every one of the forms that focus on the white, eurocentric, sexist, sexist and racist matrix. This attempt to decolonize thinking, above all, serves to observe how Black women and men look in Brazil, but also reinforces the role of Black resistance.

Keywords: Candomblé; decoloniality of power; national identity; black women.

Introdução

“Eu não consigo respirar. Por favor, eu não consigo respirar”. “I can not breath. Please, I can't breathe”. Estas foram as últimas palavras suplicantes de George Floyd naquele fatídico dia. Trata-se do homem negro de 46 anos que foi asfiziado até a morte pelo policial Derek Chauvin,

Um brutal ato que teve duração de 8 min 46s., e o fato teve repercussão internacional e protestos antirracismo em várias cidades nos Estados Unidos e em diversos países.

O presente artigo tem como foco a valorização da cultura nacional brasileira, juntamente, com os seus elementos étnico-raciais originários que aqui chegaram através de homens e mulheres, negros/as, brancos/as que construíram uma identidade nacional que de uma perspectiva errônea, como será destacado, mas não incorporou de maneira igualitária as diferentes contribuições, ocorrendo historicamente a naturalização da contribuição branca, inferiorizando as outras raças/etnias da formação nacional.

A presente narrativa apresenta uma perspectiva decolonial³ pois compreende-se que não há um único filósofo que dê conta de pensar as complexas e vastas relações étnico-raciais no mundo e, de modo específico, no Brasil. Dessa forma, se utiliza diferentes perspectivas e diferentes autores, tais como: O filósofo Friedrich Hegel⁴, o historiador e filósofo Cheikh Anta Diop⁵, o psicólogo e filósofo Frantz Omar Fanon⁶ e, em especial duas filósofas negras: Angela Davis⁷, Djamilia Ribeiro⁸, que emblematicamente representam a presença de mulheres negras, filósofas, na contemporaneidade.

Em vista disso, buscar-se-á romper com a invisibilidade das mulheres negras em uma perspectiva filosófica, lançando-se mão de elementos da história, que no Brasil subalternizou o feminino, colocando as mulheres em um lugar da inferioridade de gênero e submetida ao sexismo e machismo. Ademais se destacará a questão da desvalorização das religiões de matriz africana.

³ O conceito de decolonialidade do poder refere-se a um “reconhecimento de que o universalismo eurocêntrico é ao mesmo tempo colonizador e provinciano”, conforme afirma Ballestrin (2014). De acordo com a autora é possível a identificação de três momentos na construção do cânone pós-colonial. O primeiro foi nomeado de anti-colonial e vai da década de 1960-1970 e trata de temas tais: como racismo, negritude, colonizado e colonizador. Franz Fanon e Aimé Cesaire, citados no presente artigo, estariam ligados a essa primeira versão. A segunda versão a partir da década de 1980, nomeada de pós-colonial, está diretamente ligada aos efeitos dos processos de globalização e pós-modernidade e desenvolve temas tais como: subalternismo; orientalismo; feminismo do Terceiro Mundo; diáspora; hibridismo e diferença, dentre outros. Said, Gilroy, Hall e Bhabha seriam representantes dessa versão. A terceira versão, de 2000 em diante é a nomeada versão de-colonial e está ligada aos processos históricos do pós-neoliberalismo na América Latina. Os temas mais frequentes são a colonialidade/modernidade; eurocentrismo; geopolítica do conhecimento. Nomes tais como Mignolo; Walsh, Palermo e Lugones estão ligados a essa versão. Para aprofundamento ver Ballestrin, 2014.

⁴ 1770-1831: Hegel nasceu em Stuttgart (Alemanha). Principal obra: “Fenomenologia do Espírito”, publicada em 1807.

⁵ 1923-1986: Diop nasceu em Thiéytou (Senegal). Historiador, Matemático, Filósofo, político. Principal obra: “A origem africana da civilização: mito ou realidade”, publicado em 1974.

⁶ 1925-1961: Fanon nasceu em Fort-de-France (Martinica, Caribe). Psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês. Principais obras: “Pele negra, máscaras brancas”, 1952. “Os condenados da terra”, 1961. “Em defesa da Revolução Africana”, 1964.

⁷ 1944: Davis nasceu em Birmingham (EUA). Primeiras obras: “Mulheres. Raça e Classe”, publicado em 2016. “Mulheres, Cultura e Política”, publicado em 2017.

⁸ 1980: Ribeiro nasceu em Santos (Brasil). Obras: “Lugar de fala”, publicado em 2017. “Quem tem medo do feminismo negro?”, publicado em 2018.

Desse modo, pretende-se dar centralidade às mulheres na filosofia, onde muitas vezes se encontraram silenciadas na história pela voz branca hegemônica masculina, numa perspectiva que exclui toda e qualquer forma que dá centralidade à matriz eurocêntrica. Sendo assim, o esforço do presente artigo direciona-se para a descolonização do pensamento, sobretudo, na forma como a negra e o negro são vistos no Brasil.

Na primeira seção buscar-se-á apresentar de que modo ocorreu a construção identitária das/dos negras e negros. Negras/os que contribuíram para a identidade nacional, mesmo sendo subalternizados. Torna-se necessário compreender o histórico identitário dessa matriz étnico-racial brasileira uma vez que mesmo com grandes superações, tais como a Abolição da Escravatura (1888) e a construção mais recente de uma pauta de direitos e respeito às mulheres negras (GONZALEZ, 1983; CARNEIRO, 2002; GOMES, 2017), ainda assim se perpetua nas relações o preconceito, a falta de tolerância religiosa e o racismo, dentre outras formas de subalternização das mesmas.

Na segunda seção apontar-se-á para a importância da valorização da identidade da mulher negra, numa perspectiva que se contrapõe a histórica invisibilidade e ao silenciamento de suas vozes, o que ocorre a partir de uma matriz patriarcal.

Na terceira e última seção dar-se-á “lugar de fala” à subjetividade feminina na religião de matriz afro, o Candomblé. Pretende-se apresentar a força da mulher, analisando essa expressão de religiosidade afro-brasileira e a forma através da qual o feminino está presente e é valorizado como elemento fundamental de relacionamento com os homens, a natureza, enfim o sagrado.

Construção identitária do/a negro/a

*“Já faz muito tempo
E o tempo mudou.
Mas eu assumo a dor
De meu tataravô
A dor da chibata
E do banzo que mata.
Já faz muito tempo.
Já faz muito longe.
Eu não vi
Não ouvi
Mas ecoou em mim
E eu não esqueci.”
(Oliveira Silveira)*

Nos estudos históricos considera-se que a África é o “berço da humanidade” (DIOP, 1974 p. 529), porém, com a modernização, a partir dos séculos XVI e o processo do eurocentrismo criou um senso comum difundindo-se um estereótipo relacionando a imagem da africana/africano como atrasado e primitivo. A ideia de que o ser humano original fosse negro/o soava como absurdo e com grande sarcasmo. Desse modo, analisar a construção identitária do ser negro/o cria necessidade de também analisar a construção identitária do ser branca/branco, pois houve uma estereotipização do branco como superior.

Dados os limites deste artigo não será abordado, com vagar, o debate sobre raça. Contudo, torna-se necessário enfatizar que quando aqui se utiliza o termo raça não está sendo enfatizado enquanto fator biológico. Trata-se de identificar as relações entre pessoas que indiretamente ou di-

retamente implicam na construção identitária, social uma/um da/do outra/outro, no interior de cada Estado-nação e na relação entre eles. Por exemplo, no Brasil há, nessa construção social, um racismo estrutural que será abordado posteriormente.

Conforme já foi mencionado o continente africano, assim como as/os negras/negros sofrem uma estereotipização. Deste modo, buscar compreender o motivo é essencial para se compreender como foi essa construção identitária. Cheikh Anta Diop (1923-1986) contrapõe o pensamento ocidental apontando que a partir do século XV, com a colonização europeia em terras africanas, ocorreu um dilaceramento seguido de uma tentativa de apagamento de diferentes culturas e de povos originários africanos. Povos que viviam conforme sua origem, cultura e tradições que ao invés de terem suas formas de existência somadas a de outros povos, por exemplo, os europeus, foram usados e tidos como de natureza animal. De acordo com Diop (1923-1986) as negras/os daquele continente são excluídas da sua própria cultura e modos de vida para assim servirem a um sistema político e econômico totalmente diferente do seu:

Desde que a história havia interrompido seu antigo equilíbrio com o meio ambiente, o Preto encontrou agora um novo equilíbrio, que difere do primeiro, na ausência de uma não mais vital técnica para a organização social, política e moral. Com recursos econômicos assegurados por meios que não exigiam invenções perpétuas, o Preto tornou-se progressivamente indiferente ao progresso material. Foi sob estas novas condições que o encontro com a Europa se deu. No século XV [1400's], quando os primeiros Portugueses, Holandeses, Ingleses, Franceses, Dinamarqueses, e Bradenbúrgers começaram a criar postos de comércio na costa Oeste Africana, a organização política dos Estados Africanos era igual, e muitas vezes superior, à de seus próprios respectivos Estados. Monarquias já eram constitucionais, com o Conselho do Povo no qual os diversos estratos sociais eram representados. Ao contrário da 'lenda', o rei Negro não era, e nunca foi, um déspota com poderes ilimitados. Em alguns lugares, ele era investido pelo povo, com o Primeiro-Ministro, um intermediário representando os homens livres. Sua missão era servir o povo com sabedoria e sua autoridade dependia de seu respeito pela constituição estabelecida. (DIOP, 1974, p.58-59).

Diop (1974) afirma de que modo as negras/os com sua cultura foram desqualificadas/dos. Os europeus perceberam o avanço do sistema político e econômico na nova descoberta de terra e de tal modo "[...] o progresso econômico da Europa renascentista estimulou a conquista de África, que foi rapidamente realizada." (DIOP, 1974, p.60), acontecendo que nessa mesma época Cristóvão Colombo descobria a América, necessitando, para tanto, de mão de obra barata, naquelas novas terras. Debruçou o olhar às/aos negras/os africanas/os e, assim, começou o rentável comércio de escravos/os negras/os como forma de exploração econômica. "A África indefesa, então, tornou-se o reservatório pré-pronto de onde tirar essa força de trabalho com o mínimo de despesa e risco." (DIOP, 1974, p.60).

A/O negra/o nessa relação de escravização passa a ser tratado de modo subalterno em relação ao branco, pelo egoísmo e ganância deste último. "Essa tal inversão de papéis, o resultado de novas relações técnicas, trouxe consigo relações 'senhor – escravo' entre brancos e pretos no nível social." (DIOP, 1974, p.60). Dessa forma, ocorreu o esquecimento e dilapidação de um longo e importante período da história e existência dos povos africanos que eram portadores de uma identidade subjetiva com grandes "aptidões intelectuais", que não foram reconhecidos desde os primórdios, conforme afirma Diop (1974):

A ignorância da antiga história dos pretos, diferenças de costumes e hábitos, preconceitos étnicos entre duas raças que acreditavam estar frente a frente, pela primeira vez, combinados com a necessidade econômica de explorar - tantos fatores dispôs a mente do Europeu para distorcer a personalidade moral do preto e suas aptidões intelectuais. (DIOP, 1974, p. 61).

Ao longo dos séculos XIX e XX as negras/os foram continuamente vistas/os sem voz, sendo humilhadas/os e tidas/os como seres excluídas/dos, carregando um estereótipo de pouca

inteligência e sendo rebaixadas/os ao nível de animalidade, numa recorrente história de uma secular subalternização. Observemos a afirmativa do filósofo da modernidade Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), construída sobre as bases do preconceito eurocêntrico:

A África propriamente dita é a parte característica deste continente como tal. Abordamos em primeiro lugar este continente porque o podemos, por assim dizer, deixar de lado. Não tem interesse histórico específico, a não ser o de vermos ali o homem na barbárie, na selvajaria, sem subministrar qualquer ingrediente integrador à cultura. A África, por mais que se retroceda na história, permaneceu fechada à conexão com o mundo restante; é o Eldorado que em si permaneceu recolhido, o país infantil que se encontra envolto na negrura da noite, para além do dia da natureza tropical, mas essencialmente na sua estrutura geográfica. Permanece ainda até hoje desconhecido e está totalmente fora da relação com a Europa. (HEGEL, 1995, p.177).

Para Hegel, a África é constituída de três partes distintas: “a África europeia”, norte do deserto, ligada à Europa; O Egito, no Nilo descrito como “o único vale da África que se religa à Ásia”, o qual se tornou um centro de grande civilização autônoma e, enfim, a África propriamente dita” a qual ele situa ao sul do Saara (HEGEL, 1995, p.174). Esta última, de cultura originária, é por esse motivo renegada da totalidade da história ocidental por Hegel na modernidade. Ademais reforça a ideia de que pessoas daquela região não têm características de homem, pelo fato de serem negras/negros e não serem civilizados com a mesma cultura ou religião ao modo europeu. Hegel chega a afirmar que: “O negro representa o homem natural em toda a sua selvajaria e barbárie: se pretendemos compreendê-lo, devemos deixar de lado todas as representações europeias.” (HEGEL, 1995, p.180). Este é um ponto culminante de um preconceito eurocêntrico, onde se a cultura é diferente da cultural europeia, já não cabe mais na condição de homem/civilizado. Para Hegel “esta primeira condição natural é a animal” (p.181) e, no decorrer da história, o branco europeu colocou-se na posição de superior a/ao negra/o. Contudo, isto é uma construção social, conforme já foi dito, não existindo perfeição étnica e nem cultural. Assim, faz-se necessário acentuar que todo esse processo faz parte de um pensamento hegemônico, eurocêntrico e consolidado que se tornou um desafio para a criação da identidade negra, pois tanto a mulher negra quanto o homem negro foram/são bombardeadas/os por estereótipos ainda na contemporaneidade.

De acordo com o que foi possível perceber até este momento, toda ação dos seres humanos traz consigo consequências e uma história não deixa de existir, mesmo que ela não seja contada. O racismo, o preconceito e as indiferenças são consequências de uma existência que foi desrespeitada, sem contar em tantas desumanas mortes que ocorreram e ocorrem por um pensamento de superioridade. Refletindo essa construção de uma identidade afrodescendente deve se ter em mente que a/o negra/o tiveram um papel importante na construção da cultura nacional, não deixando somente reflexos africanos à parte na cultura contemporânea, mas que, apesar da dilapidação, como salientado acima, mesclaram-se culturas diferentes que mostram a beleza do povo brasileiro. Porém, ainda hoje observa-se a presença de intolerância, racismo e preconceitos e tantos outros modos de subalternização.

Desse modo, desenvolver uma trajetória que enfrente o desafio de compreensão do que se passa na sociedade é uma forma de valorização da identidade nacional. Como modo de enfrentamento desse desafio, na seguinte seção, indicar-se-á o papel da mulher negra no processo de desnaturalização do homem branco patriarcal e proprietário como aquele que está no topo da hierarquia social.

A mulher negra: emblemática para a compreensão da reedição das formas de sexismo e racismo

*“Um dia aprendi
uma arte secreta,
Invisibili-Dade, era seu nome.
Acho que funcionou
pois ainda agora vocês olham
mas nunca me veem
Só meus olhos ficarão para vigiar e assombrar
e transformar seus sonhos
em caos.”
(Adil Jussawalla)⁹*

Na presente sessão indicar-se-á a capacidade de persistência da subalternização da identidade negra e do racismo, no tempo longo, mostrando assim como se faz necessário, nos dias atuais, um olhar étnico-racial. Para isso, buscar-se-á versar sobre o lugar emblemático que a mulher negra ocupa nessa reedição das formas de subalternização, através das práticas de uma masculinidade tóxica¹⁰ e do racismo. Contudo, nessa seção também apontar-se-á a urgente e irrenunciável necessidade de desconstrução da herança escravocrata, patriarcal e classista e focalizar na valorização da identidade da mulher negra, rompendo a invisibilidade das mesmas juntamente com o silêncio de suas vozes, uma vez que a voz branca, hegemônica e masculina prevalece no poder naturalizada como “normal” pelo senso-comum.

Conforme salientado na seção anterior, a partir da perspectiva eurocêntrica, a população negra só se torna útil na medida em que ela é objeto de trabalho para o homem branco, que, numa relação doentia, necessita da desumanização do negro para manter a sua própria humanidade. Nessa perspectiva da mulher negra, a filósofa Djamilia Ribeiro (2019) cita em seu livro “Lugar de Fala?” o discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth em 1851, ex-escrava, pronunciado numa Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, Estados Unidos:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendido como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2019, p.19).

Truth com sua vida complexa, na qual sofreu a dor de existir numa sociedade eurocêntrica, masculina, proprietária e hegemônica, teve forças para lutar pelos seus direitos e das/os outras/os. Afirma acima a realidade da mulher negra, que não era apenas diferente do homem branco, mas

⁹ BHABHA, 2007, p. 78

¹⁰ Masculinidade tóxica é uma descrição repressiva da masculinidade. É definida como violência, o homem como superior, status e agressão. Onde a força é tudo e as emoções são uma fraqueza. Na masculinidade tóxica perpetua a cultura do estupro, homofobia, misoginia, racismo e machismo.

também totalmente diferente e colocada como inferiorizada em relação à situação da mulher branca. Nessa perspectiva, Angela Davis (2016) cita em sua obra “Mulheres, raça e classe” um grande abolicionista negro Frederick Douglass:

Quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres. (DAVIS, 1944, p. 50).

Douglass era um homem que discutia e defendia os direitos das mulheres. O fato de que o trabalho da mulher negra, desde o início da história, tenha sido essencial para o bem-estar das classes dominantes, estas últimas, com uma ética conservadora e desigualitária, desqualificaram o valor desse trabalho. O desafio que perpassa a história é identificar as diversas formas de racismos presentes em nosso meio e desenvolver uma conscientização da necessidade de uma sociedade igualitária e que respeite as diferenças. “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2003, p.56).

Sarah Baartman, apelidada de Vênus Hotentote (1789-1815), mulher negra, sul-africana, que sofreu com a exploração e desumanização eurocêntrica, comprada em 1814, como prostituta e escrava, por um francês domador de animais, era exposta tendo de aceitar exibir-se completamente nua e com a pretensão de destacar sua diferença em relação às mulheres brancas, as quais eram consideradas “normais”. “Sarah possuía, como muitas mulheres khoi-san, nádegas protuberantes (esteatopigia) que despertaram grande fascínio entre os viajantes e colonizadores europeus” (DAMASCENO, 2008, p. 2). Não bastando tal humilhação em vida, após sua morte o anatomista e paleontólogo, chamado Georges Cuvier (1769-1832), dissecou seus restos mortais sob o pretexto de pesquisa científica. Além disso, preservou o esqueleto de Sarah, colocou seu cérebro e seus órgãos genitais em frascos, sendo expostos no Museu do Homem de Paris. Janaína Damasceno Gomes (2008), antropóloga e filósofa afirma:

Se no século XIX o corpo europeu masculino representa a normalidade, o quê se não o corpo de uma mulher, negra, para representar sua radical alteridade? Não foi com surpresa que Jay Gould (1990) notou ao visitar o Museu do Homem de Paris no início dos anos 1980, que próximo de onde estavam expostos os cérebros de franceses “notáveis” como Renée Descartes e Pierre Broca, representantes do racionalismo francês, não havia um só cérebro de mulher, como contraponto eram expostos próximos deles os genitais de “uma negra, uma peruana e da Vênus Hotentote”. Se Saartje servia no século XIX para marcar a diferença entre homens e mulheres, contribuiu também para que se constituísse a identidade masculina europeia (DAMASCENO, 2008, p. 2).

Embora no século XXI, onde não há mais escravidão legal e nem pessoas sendo exibidas como bichos, o racismo e machismo são uma herança hegemônica e patriarcal que teve grande destaque entre os séculos XIX e XX, como destacado acima, e que continua, infelizmente, perpassando a história. Nascer mulher, sobretudo negra, na atualidade causa indiferença, que leva a desigualdade ainda mais num sistema classista como o Brasil. Como afirma Gomes (2017):

As desigualdades de gênero e raça, dentre outras desigualdades, também contribuem para essa distância entre brancos e negros, com um bem montado projeto de sociedade que legitima no topo da hierarquia a elite brasileira, aprofundando as desigualdades raciais. (GOMES, 2017, p.375).

O padrão da normalidade tradicionalmente ditado é constituído por famílias brancas com papéis bem definidos e binários: homem e mulher, masculino e feminino. Entretanto, os desafios se ampliam quando as famílias são constituídas por negras/os, sendo motivo de preocupação para uma mãe quando a filha é negra. Em relação a isso, Kusnetzoff (1988) afirma:

Nasceu um bebê. O que logo se diz dele? “É uma menina!” “É um menino!” esta palavra que designa entre os humanos o gênero do recém-nascido coloca-o automaticamente, num mundo social onde existem padrões de comportamento já fixos e determinados. O gênero – masculino e feminino – tem importância excepcional. (KUSNETZOFF, 1988, p. 19).

Conforme afirma Djamilia Ribeiro em “Quem tem medo do feminismo negro?” “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades”. (RIBEIRO, 2018, p.7). Ou seja, a questão da necessidade de afirmação da identidade da mulher negra ocorre por sua desqualificação e invisibilidade de seu padrão estético e de seu modo de ser. “O fato é que o outro é diferente e tem o direito de ser diferente e ser aceito” (ROHNER, 1989, p.27).

Um grande desafio é estabelecer uma estrutura social e cultural que visa à igualdade, respeitando as diferenças, entre feminino e masculino, negras/os e brancas/os. Nesse aspecto deve-se compreender a diferença não como um sinal negativo, mas como expressão de formas plurais de existência. Para que isso seja possível no Brasil, com resquícios escravocratas, é fundamental a tomada de consciência de que há diferenças valorativas no plural.

Portanto, construir o valor identitário, social e religioso de um ser humano, a partir de características externas a sua realidade é rebaixá-lo ao nada e se mostrar superior àquela/e que são apenas diferentes. Quando forem de fato expressos o respeito e o direito mútuo entre as relações humanas, sociais e religiosas entre negras/os e brancas/os, obter-se-á valorizações de existenciais, plurais. Conforme afirma Franz Fanon (2008), a questão fundamental é repor a pessoa no seu lugar de dignidade (FANON, 2008, p. 87), pois, a mulher negra só passou a ser vista como subalterna na construção social feita pela branquitude tóxica, a qual necessitava da desumanização para prevalecer a sua própria “humanidade” e a própria cultura. É preciso dar voz às mulheres negras tais como Lélia Gonzalez, Luíza Mahim, Bell Hooks, Angela Davis, Chimamanda Adichie, Djamilia Ribeiro e tantas outras, para que sejam reerguidas, visibilizadas, o que poderá contribuir para o empoderamento das mulheres negras e para construção de uma sociedade efetivamente democrática e plural.

Nesse processo de dar visibilidade e voz às mulheres negras, as religiões de matriz afro cumprem importante papel, pois as mulheres e suas características, seja nas mães de santo ou nas divindades (Iemanjá, Iansã, Oxum e Nanã) afirmam essa centralidade feminina, na igualdade e na diferença na construção do sagrado.

As religiões de matriz afro como forma de valorização da mulher negra

*“Porque a tua canção é sofrimento
e a tua voz, sentimento e magia.
Há nela a nostalgia da liberdade perdida,
a morte das emoções proibidas,
e saudade de tudo que foi teu
e já não é.
Diz-me, irmão negro,
quem a fez assim...
Foi a vida? o desespero? o medo?”
(Noémia de Souza)*

Conforme descrito, o racismo no Brasil é estrutural. Foi e segue sendo e ressignificado ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Contudo, apesar dessa permanente reinvenção das formas de subalternização das negras/os, a resistência dessa população teve formas plurais de manifestação. Na segunda seção apontou-se para o emblemático papel das mulheres negras nesse processo. Na presente seção apresentar-se-á uma outra forma de resistência com foco nas mulheres negras: as religiões de matriz afro, de modo mais específico, o candomblé.

Dessa forma, analisando as religiões de matriz africana é possível observar como as mulheres e o feminino estão presentes e, mais do que isso, são valorizadas como forma fundamental de relacionamento com os homens, a natureza e o sagrado. Há pouca visibilidade para as heranças africanas (cultura, tradições e religiões, etc.) e para o modo de como elas contribuem para a construção da identidade brasileira. A hipótese mais relevante é a de que por causa do passado colonial escravagista é que não há muitos escritos decoloniais de uma filosofia da cultura no Brasil, tendo como objeto de estudo as heranças culturais e religiosas que foram trazidas do continente africano e persistiram até o momento. Estas, de modo recorrente, foram retratadas como formas “demoníacas” e não como expressão da religiosidade de um povo.

Antes de adentrar no tema indicado acima, é relevante apontar a dificuldade metodológica, para tratar sobre as mulheres no Candomblé como tema investigativo. Isso porque nessa religião de matriz afro não há textos sagrados e, sim, a tradição oral, sendo difícil ter referências escritas e conceitos gerais que abranjam a vasta tradição africana sobre a presença do feminino no sagrado que conduza a rápida e fácil compreensão da dinâmica das mulheres no Candomblé.

Com a chegada das mulheres/homens negras/os escravizadas/os no Brasil ocorreu igualmente a chegada de suas próprias culturas, crenças, tradições e religiões, como o Candomblé. O autor Edmar Ferreira Santos (2009) afirma que: “O Candomblé é o resultado da preservação dos cultos ancestrais aos orixás dos distintos povos africanos traficados e escravizados no país”. (SANTOS, 2009, p.25). A importância da preservação dos cultos ancestrais e do sincretismo religioso é anteriormente afirmado por Roger Bastide¹¹:

Nos flancos sonoros dos navios negreiros vieram não só os filhos da Noite, mas também os seus deuses, os orixás dos bosques, dos rios e do céu africano. É verdade que, no cais dos portos brasileiros, o capelão esperava os nagôs, os jejes, os angolas – capelães das cidades, capelães dos engenhos, para lhes ensinar as preces latinas e os batizar com o Espírito Santo. Os negros confundiriam suas divindades sombrias com os santos católicos, mas continuariam, por meio dos cantos e das danças tradicionais, a adorar os deuses de além-mar. E assim nasceu o Candomblé, perdurando até os nossos dias, apesar das muitas transformações por que passou. (BASTIDE, 2001, p. 327).

É importante observar a resistência das/dos negras/negros que se deu ao longo da história, apesar da colonização social, simbólica, religiosa e política, aquelas e aqueles souberam persistir, no tempo e no espaço, com suas raízes, seus valores, suas práticas e suas crenças. É de fundamental importância reforçar essa resistência, pois ela ocorreu contra inúmeras tentativas de assimilacionismo dos não-brancos, e das recorrentes tentativas de branqueamento, tal qual como ocorreu no final do século XIX. (SKIDMORE, 1974; SOARES, 2008). Sobre a colonização Frantz Fanon (2008 [1961]) afirma em “Pele negra, máscaras brancas”:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da

¹¹ Roger Bastide (1898-1974) nasceu na França. Veio para o Brasil 1938. Antropólogo e sociólogo. Grande estudioso sobre as religiões afro-brasileiras. Principais obras: “O candomblé da Bahia”, publicado em 1958 e “As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo” em 1967.

linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p.34).

A população negra, afro-brasileira, apesar do preconceito racial, religioso e tantos outros desafios, soube, mesmo que por meios que implicavam a subalternização, preservar sua essência. Extraiu do sepultamento de sua cultura uma faísca resistente, a qual se alastrou por todo o Brasil e pelo tempo, até os dias atuais. Essa persistência existencial entra na perspectiva da mulher, pois a mesma encontrou nas religiões de matriz afro o acolhimento, a proteção e o respeito:

O Candomblé ensina que o ser humano não cabe em um único molde. Por isso a prática comum no Candomblé é da “teologia do acolhimento”, tão cara aos modernos movimentos católicos e evangélicos... Ou seja, a pessoa é bem-vinda ao terreiro, do jeito como ela está, sem perguntas, sem questionamentos. (CARMO, 2006, p. 20).

No candomblé, a mulher e toda sua subjetividade feminina são fundamentais. Assim é nas religiões de matriz afro. Ressalta que, “A ‘mulher’, na religião dos orixás, teve na mitologia papel crucial.” (BASTOS, 2011, p.50). Em alguns terreiros, diferente de outras religiões, a figura feminina é tão potencializada que a mulher se encontra na liderança, chamada de “mãe de santo”. É aquela que preza pela educação religiosa de seus “filhos de santo”, passando a eles os ensinamentos aprendidos dos antepassados e ancestrais, tais como: os ritos, as músicas, danças, orações, o amor e respeito ao divino e aos outros. Existe uma autêntica identidade feminina que preza pelo bem comum entre mulheres e homens, seres humanos e divindades.

Uma religião que é preservada pela oralidade, como o Candomblé, é ligada a mitos e nestes, também, a potencialidade da mulher e a valorização da sua feminilidade são muito bem expressas. São revelados nos mitos: a liderança, a coragem, a força e inteligência de todos os orixás femininos, conforme demonstra Reginaldo Prandi (2001) em sua obra “Mitologia dos orixás”: “Iansã, que quer dizer mãe nove vezes” (p.294), orixá guerreira, empoderada, “usava seus encantos e sedução para adquirir poder” (p.296), “Iansã foi Rainha dos espíritos dos mortos é a única que teve a audácia de entrar no reino dos mortos” (p.308). Iemanjá, “Rainha do mar e tudo que nele habita” (p.380), é reverenciada com respeito e admiração. “Aquele que ajudou Olodumare na criação do mundo” (p.380). Nanã, a mais sábia, mãe de todas/os mulheres/homens. “Veio de Nanã a matéria para a modelagem da criação do homem” (p.194), “Naná era considerada grande justiceira. Qualquer problema que ocorresse, todos a procuravam para ser a juíza das causas.” (p.198). Oxum é a Deusa da beleza, charmosa e sensual a ela foi dada a tarefa de criar os seres humanos. Prandi (2001) descreve o mito de Oxum e, neste, pode-se observar o empoderamento feminino numa relação com a realidade:

Oxum faz as mulheres estéreis em represália aos homens.

Logo que o mundo foi criado,
todos os orixás vieram para a Terra
e começaram a tomar decisões e dividir encargos entre eles,
em conciliábulos nos quais somente os homens podiam participar.

Oxum não se conformava com essa situação.

Ressentida pela exclusão, ela vingou-se dos orixás masculinos.

Condenou todas as mulheres à esterilidade,
de sorte que qualquer iniciativa masculina
no sentido da fertilidade era fadada ao fracasso.

Por isso, os homens foram consultar Olodumare.
Estavam muito alarmados e não sabiam o que fazer

sem filhos para criar nem herdeiros para quem deixar suas posses,
sem novos braços para criar novas riquezas e fazer as guerras
e sem descendentes para não deixar morrer suas memórias.
Olodumare soube, então, que Oxum fora excluída das reuniões.
Ele aconselhou os orixás a convidá-la, e às outras mulheres,
pois sem Oxum e seu poder sobre a fecundidade
nada poderia ir adiante.
Os orixás seguiram os sábios conselhos de Olodumare
e assim suas iniciativas voltaram a ter sucesso.
As mulheres tornaram a gerar filhos
e a vida na Terra prosperou. (PRANDI, 2001, p. 345).

Mostra-se nesta narrativa a alteridade do feminino e sua importância na harmonia com a toda criação. Em relação com a realidade, demonstra a questão do gênero, quebrando com os paradigmas machistas/sexistas, onde a relação entre masculino e feminino é de superioridade e inferioridade. De certo que, a relação entre mulher e homem não se encontra superior nem inferior, mas igualada por meio das diferenças, subjetividade de cada um/uma. Onde ambos, mulheres e homens, sentam-se na mesma mesa e nessa harmonia “a vida na terra prospera”.

Assim, dentro do contexto do Brasil, caracterizado pelo patriarcado eurocêntrico, com preconceito de gênero e racial, a liderança de mulheres numa religião, se destaca como um fenômeno inusitado e de extrema relevância para um novo pensamento decolonial. Dialogar com os fenômenos antropológicos, sociais, políticos e religiosos que dão e promovem voz e vez às mulheres é fundamental, uma vez que tal diálogo promove uma compreensão de que mulheres e homens devem ser seres que não se excluem pelas diferenças, mas, ao contrário, são exatamente valorizadas/dos por sua subjetividade.

Considerações finais

Raízes e ancestralidade são temas comumente presentes quando se trata da história de um povo que, na consciência e persistência, busca manter sua cultura, crenças, valores. Nisto, a família tem função fundamental ao formar as gerações. É importante ressaltar que a história do negro vai muito além do período de subjugação na escravidão. É história milenar.

Desde o período da colonização do país se fez presente a discriminação, a começar pelos povos originários (povo indígenas). Ainda hoje, infelizmente, é fortemente sentida. O racismo é estrutural.

Alguns apregoam não existir racismo. Os quadros estatísticos desmentem e escancaram o que é escândalo e crime quando apresentam a desproporcional e criminosa condição de trabalho, moradias, salários e outros para com os mais pobres e negros, sobretudo, a mulher. Os negros, sobretudo, os jovens, seguem sendo as grandes vítimas da violência policial.

Ao final de um percurso tão complexo que teve como objetivo pensar os desafios da construção identitária das mulheres negras, torna-se difícil dar tal reflexão por encerrada. A sensação que fica é que o ponto final é um outro (re)começo. Isto porque o discorrido é um convite a refletir conscientemente na necessidade da (des)construção de um pensamento hegemônico. Ir além das ideias eurocêntricas que levaram e seguem levando a subalternizações misóginas, racistas e sexistas.

Deste modo, o que se buscou foi traçar, até o momento, um caminho com base na valorização do povo negro, de uma cultura e religião; um percurso não hegemônico que rejeita a ligação com os meios de (re)produção e imposição de um único pensamento e uma única cultura valorativa. Reconhece-se que tanto os europeus, como também outros povos, contribuíram para uma hierarquização e subalternização das identidades não-brancas presentes na formação do povo brasileiro. Negar e invisibilizar existências culturais e religiosas é apagar/matar a história.

É preciso enfatizar que em momento algum se desconsidera a contribuição dos europeus e outros povos para a formação nacional. O livro “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro (1995) é uma importante referência do sentido e processo de valorização das diferentes matrizes culturais formadoras do Brasil. Desse modo, o que se quer destacar é a maneira como alguns representantes destes segmentos contribuíram para as formas de subalternização, estabelecendo um padrão de uma masculinidade e branquitude tóxicas.

O agir sustentado pelo pensar consciente na contemporaneidade leva a identificação dos problemas e a mudá-los de forma a repor todo ser humano no lugar da dignidade. A mulher negra com sua subjetividade: seu cabelo crespo, seus traços mais próprios, sua forma de se vestir e sua feminilidade é uma parte do belo rosto da identidade brasileira. Contemplar com respeito essa esplêndida existência é uma forma de enaltecimento das nossas próprias raízes como afro-descendentes.

É expressiva e contundente a fala do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela (2013): “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. O que se busca é a valorização do ser humano enquanto digno de direitos iguais, em diálogo com os pensamentos contrários, “pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.”

Cada pessoa faz a leitura e interpretação desde onde estão apoiados os pés, ou seja, a partir de onde se localiza mental e emocional. Então, como é possível alguém falar de negritude e discriminação se não tem o que de fato a identifica ali e nem já foi vítima de preconceito?

Como pode alguém falar da dor da pobreza quando nunca experimentou em concreto a falta até do mínimo necessário a uma digna existência?

Reclamos recentes têm se manifestado em várias partes do planeta. Reclamos abafados por séculos através da violência, ideologização, negação. Vozes ecoam, silêncios soam dissolutos. A consciência se desenvolve paulatina e resolutamente.

Para contrapor à barbárie do racismo é preciso valorizar e ter orgulho da própria história. Orgulho de ser negro e feliz. Lutar pela justiça social.

Referências

- Ballestrin, Luciana M. De Aragão. Teoria política da decolonização: uma perspectiva latino-americana. *In: Encontro abcp*, 9., Brasília, 2014. <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/teoria-politica-descolonizacao-perspectiva-latino-americana.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- Bastide, Roger. (2001). *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bastos, Ivana Silva. (2011). Mulheres labás: sexualidade, transgressão no candomblé. João Pessoa: UFPB.
- Carmo, João Clodomiro do. (2006). O que é Candomblé. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, Sueli. (2002). Gênero e raça. *In: Bruschini, Cristina; Unbehaum, Sandra G. (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34 p. 167-194.
- Damasceno, Janaina. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. : http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf. Acesso em: 16/08/2019
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Diop, Cheikh Anta. A origem africana da civilização: mito ou realidade. Tradução: Mercer Cook. <https://estahorareall.files.wordpress.com/2016/09/a-origem-africana-da-civilizac3a7c3a3o-mito-ou-realidade-cheikh-anta-diop1.pdf>.
- Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba.
- Gomes, Lílian C. B. A histórica violência de longa duração das elites brasileiras. https://www.researchgate.net/publication/322012832_A_HISTORICA_VIOLENCIA_DE_LONGA_DURACAO_DAS_ELITES_BRASILEIRASHist.
- Gomes, Nilma Lino. (2017). *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Rio de Janeiro.
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Silva, Luiz Antônio Machado da Silva (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS; CNPQ. (Ciências Sociais Hoje, 2).
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. (1995). *A razão na história: introdução à filosofia da História Universal*. Lisboa: Edições 70.
- Jussawalla, Adil J. (2007). A pessoa desaparecida. *In: BHABHA, Homi. O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Kusnetzoff, Juan Carlos. (1988). *A mulher sexualmente feliz: do mito à verdade científica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Psicologia).
- Mandela, Nelson. (2013). “67 citações impressionantes por Nelson Mandela”. A cor da Cultura,. <http://www.acordacultura.org.br/artigos/06122013/67-citacoes-impressionantes-por-nelson-mandela>. Acesso em 24/10/2019.
- Noémia, Carolina A. de S. S. (2016). Sangue negro. Coleção Vozes da África. São Paulo: Kapulana.
- Prandi, Reginaldo. (2001). *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.

Introdução

“Eu não consigo respirar. Por favor, eu não consigo respirar”. “I can not breath. Please, I can't breathe”. Estas foram as últimas palavras suplicantes de George Floyd naquele fatídico dia. Trata-se do homem negro de 46 anos que foi asfíxiado até a morte pelo policial Derek Chauvin,

Um brutal ato que teve duração de 8 min 46s., e o fato teve repercussão internacional e protestos antirracismo em várias cidades nos Estados Unidos e em diversos países.

O presente artigo tem como foco a valorização da cultura nacional brasileira, juntamente, com os seus elementos étnico-raciais originários que aqui chegaram através de homens e mulheres, negros/as, brancos/as que construíram uma identidade nacional que de uma perspectiva errônea, como será destacado, mas não incorporou de maneira igualitária as diferentes contribuições, ocorrendo historicamente a naturalização da contribuição branca, inferiorizando as outras raças/etnias da formação nacional.

A presente narrativa apresenta uma perspectiva decolonial³ pois compreende-se que não há um único filósofo que dê conta de pensar as complexas e vastas relações étnico-raciais no mundo e, de modo específico, no Brasil. Dessa forma, se utiliza diferentes perspectivas e diferentes autores, tais como: O filósofo Friedrich Hegel⁴, o historiador e filósofo Cheikh Anta Diop⁵, o psicólogo e filósofo Frantz Omar Fanon⁶ e, em especial duas filósofas negras: Angela Davis⁷, Djamilia Ribeiro⁸, que emblematicamente representam a presença de mulheres negras, filósofas, na contemporaneidade.

Em vista disso, buscar-se-á romper com a invisibilidade das mulheres negras em uma perspectiva filosófica, lançando-se mão de elementos da história, que no Brasil subalternizou o feminino, colocando as mulheres em um lugar da inferioridade de gênero e submetida ao sexismo e machismo. Ademais se destacará a questão da desvalorização das religiões de matriz africana.

³ O conceito de decolonialidade do poder refere-se a um “reconhecimento de que o universalismo eurocêntrico é ao mesmo tempo colonizador e provinciano”, conforme afirma Ballestrin (2014). De acordo com a autora é possível a identificação de três momentos na construção do cânone pós-colonial. O primeiro foi nomeado de anti-colonial e vai da década de 1960-1970 e trata de temas tais: como racismo, negritude, colonizado e colonizador. Franz Fanon e Aimé Cesaire, citados no presente artigo, estariam ligados a essa primeira versão. A segunda versão a partir da década de 1980, nomeada de pós-colonial, está diretamente ligada aos efeitos dos processos de globalização e pós-modernidade e desenvolve temas tais como: subalternismo; orientalismo; feminismo do Terceiro Mundo; diáspora; hibridismo e diferença, dentre outros. Said, Gilroy, Hall e Bhabha seriam representantes dessa versão. A terceira versão, de 2000 em diante é a nomeada versão de-colonial e está ligada aos processos históricos do pós-neoliberalismo na América Latina. Os temas mais frequentes são a colonialidade/modernidade; eurocentrismo; geopolítica do conhecimento. Nomes tais como Mignolo; Walsh, Palermo e Lugones estão ligados a essa versão. Para aprofundamento ver Ballestrin, 2014.

⁴ 1770-1831: Hegel nasceu em Stuttgart (Alemanha). Principal obra: “Fenomenologia do Espírito”, publicada em 1807.

⁵ 1923-1986: Diop nasceu em Thieytou (Senegal). Historiador, Matemático, Filósofo, político. Principal obra: “A origem africana da civilização: mito ou realidade”, publicado em 1974.

⁶ 1925-1961: Fanon nasceu em Fort-de-France (Martinica, Caribe). Psiquiatra, filósofo e ensaísta marxista francês. Principais obras: “Pele negra, máscaras brancas”, 1952. “Os condenados da terra”, 1961. “Em defesa da Revolução Africana”, 1964.

⁷ 1944: Davis nasceu em Birmingham (EUA). Primeiras obras: “Mulheres. Raça e Classe”, publicado em 2016. “Mulheres, Cultura e Política”, publicado em 2017.

⁸ 1980: Ribeiro nasceu em Santos (Brasil). Obras: “Lugar de fala”, publicado em 2017. “Quem tem medo do feminismo negro?”, publicado em 2018.

Desse modo, pretende-se dar centralidade às mulheres na filosofia, onde muitas vezes se encontraram silenciadas na história pela voz branca hegemônica masculina, numa perspectiva que exclui toda e qualquer forma que dá centralidade à matriz eurocêntrica. Sendo assim, o esforço do presente artigo direciona-se para a descolonização do pensamento, sobretudo, na forma como a negra e o negro são vistos no Brasil.

Na primeira seção buscar-se-á apresentar de que modo ocorreu a construção identitária das/dos negras e negros. Negras/os que contribuíram para a identidade nacional, mesmo sendo subalternizados. Torna-se necessário compreender o histórico identitário dessa matriz étnico-racial brasileira uma vez que mesmo com grandes superações, tais como a Abolição da Escravatura (1888) e a construção mais recente de uma pauta de direitos e respeito às mulheres negras (GONZALEZ, 1983; CARNEIRO, 2002; GOMES, 2017), ainda assim se perpetua nas relações o preconceito, a falta de tolerância religiosa e o racismo, dentre outras formas de subalternização das mesmas.

Na segunda seção apontar-se-á para a importância da valorização da identidade da mulher negra, numa perspectiva que se contrapõe a histórica invisibilidade e ao silenciamento de suas vozes, o que ocorre a partir de uma matriz patriarcal.

Na terceira e última seção dar-se-á “lugar de fala” à subjetividade feminina na religião de matriz afro, o Candomblé. Pretende-se apresentar a força da mulher, analisando essa expressão de religiosidade afro-brasileira e a forma através da qual o feminino está presente e é valorizado como elemento fundamental de relacionamento com os homens, a natureza, enfim o sagrado.

Construção identitária do/a negro/a

*“Já faz muito tempo
E o tempo mudou.
Mas eu assumo a dor
De meu tataravô
A dor da chibata
E do banzo que mata.
Já faz muito tempo.
Já faz muito longe.
Eu não vi
Não ouvi
Mas ecoou em mim
E eu não esqueci.”
(Oliveira Silveira)*

Nos estudos históricos considera-se que a África é o “berço da humanidade” (DIOP, 1974 p. 529), porém, com a modernização, a partir dos séculos XVI e o processo do eurocentrismo criou um senso comum difundindo-se um estereótipo relacionando a imagem da africana/africano como atrasado e primitivo. A ideia de que o ser humano original fosse negro/o soava como absurdo e com grande sarcasmo. Desse modo, analisar a construção identitária do ser negro/o cria necessidade de também analisar a construção identitária do ser branca/branco, pois houve uma estereotipização do branco como superior.

Dados os limites deste artigo não será abordado, com vagar, o debate sobre raça. Contudo, torna-se necessário enfatizar que quando aqui se utiliza o termo raça não está sendo enfatizado enquanto fator biológico. Trata-se de identificar as relações entre pessoas que indiretamente ou di-

retamente implicam na construção identitária, social uma/um da/do outra/outro, no interior de cada Estado-nação e na relação entre eles. Por exemplo, no Brasil há, nessa construção social, um racismo estrutural que será abordado posteriormente.

Conforme já foi mencionado o continente africano, assim como as/os negras/negros sofrem uma estereotipização. Deste modo, buscar compreender o motivo é essencial para se compreender como foi essa construção identitária. Cheikh Anta Diop (1923-1986) contrapõe o pensamento ocidental apontando que a partir do século XV, com a colonização europeia em terras africanas, ocorreu um dilaceramento seguido de uma tentativa de apagamento de diferentes culturas e de povos originários africanos. Povos que viviam conforme sua origem, cultura e tradições que ao invés de terem suas formas de existência somadas a de outros povos, por exemplo, os europeus, foram usados e tidos como de natureza animal. De acordo com Diop (1923-1986) as negras/os daquele continente são excluídas da sua própria cultura e modos de vida para assim servirem a um sistema político e econômico totalmente diferente do seu:

Desde que a história havia interrompido seu antigo equilíbrio com o meio ambiente, o Preto encontrou agora um novo equilíbrio, que difere do primeiro, na ausência de uma não mais vital técnica para a organização social, política e moral. Com recursos econômicos assegurados por meios que não exigiam invenções perpétuas, o Preto tornou-se progressivamente indiferente ao progresso material. Foi sob estas novas condições que o encontro com a Europa se deu. No século XV [1400's], quando os primeiros Portugueses, Holandeses, Ingleses, Franceses, Dinamarqueses, e Bradenbúrgers começaram a criar postos de comércio na costa Oeste Africana, a organização política dos Estados Africanos era igual, e muitas vezes superior, à de seus próprios respectivos Estados. Monarquias já eram constitucionais, com o Conselho do Povo no qual os diversos estratos sociais eram representados. Ao contrário da 'lenda', o rei Negro não era, e nunca foi, um déspota com poderes ilimitados. Em alguns lugares, ele era investido pelo povo, com o Primeiro-Ministro, um intermediário representando os homens livres. Sua missão era servir o povo com sabedoria e sua autoridade dependia de seu respeito pela constituição estabelecida. (DIOP, 1974, p.58-59).

Diop (1974) afirma de que modo as negras/os com sua cultura foram desqualificadas/dos. Os europeus perceberam o avanço do sistema político e econômico na nova descoberta de terra e de tal modo "[...] o progresso econômico da Europa renascentista estimulou a conquista de África, que foi rapidamente realizada." (DIOP, 1974, p.60), acontecendo que nessa mesma época Cristóvão Colombo descobria a América, necessitando, para tanto, de mão de obra barata, naquelas novas terras. Debruçou o olhar às/aos negras/os africanas/os e, assim, começou o rentável comércio de escravos/os negras/os como forma de exploração econômica. "A África indefesa, então, tornou-se o reservatório pré-pronto de onde tirar essa força de trabalho com o mínimo de despesa e risco." (DIOP, 1974, p.60).

A/O negra/o nessa relação de escravização passa a ser tratado de modo subalterno em relação ao branco, pelo egoísmo e ganância deste último. "Essa tal inversão de papéis, o resultado de novas relações técnicas, trouxe consigo relações 'senhor – escravo' entre brancos e pretos no nível social." (DIOP, 1974, p.60). Dessa forma, ocorreu o esquecimento e dilapidação de um longo e importante período da história e existência dos povos africanos que eram portadores de uma identidade subjetiva com grandes "aptidões intelectuais", que não foram reconhecidos desde os primórdios, conforme afirma Diop (1974):

A ignorância da antiga história dos pretos, diferenças de costumes e hábitos, preconceitos étnicos entre duas raças que acreditavam estar frente a frente, pela primeira vez, combinados com a necessidade econômica de explorar - tantos fatores dispôs a mente do Europeu para distorcer a personalidade moral do preto e suas aptidões intelectuais. (DIOP, 1974, p. 61).

Ao longo dos séculos XIX e XX as negras/os foram continuamente vistas/os sem voz, sendo humilhadas/os e tidas/os como seres excluídas/dos, carregando um estereótipo de pouca

inteligência e sendo rebaixadas/os ao nível de animalidade, numa recorrente história de uma secular subalternização. Observemos a afirmativa do filósofo da modernidade Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), construída sobre as bases do preconceito eurocêntrico:

A África propriamente dita é a parte característica deste continente como tal. Abordamos em primeiro lugar este continente porque o podemos, por assim dizer, deixar de lado. Não tem interesse histórico específico, a não ser o de vermos ali o homem na barbárie, na selvajaria, sem subministrar qualquer ingrediente integrador à cultura. A África, por mais que se retroceda na história, permaneceu fechada à conexão com o mundo restante; é o Eldorado que em si permaneceu recolhido, o país infantil que se encontra envolto na negrura da noite, para além do dia da natureza tropical, mas essencialmente na sua estrutura geográfica. Permanece ainda até hoje desconhecido e está totalmente fora da relação com a Europa. (HEGEL, 1995, p.177).

Para Hegel, a África é constituída de três partes distintas: “a África europeia”, norte do deserto, ligada à Europa; O Egito, no Nilo descrito como “o único vale da África que se religa à Ásia”, o qual se tornou um centro de grande civilização autônoma e, enfim, a África propriamente dita” a qual ele situa ao sul do Saara (HEGEL, 1995, p.174). Esta última, de cultura originária, é por esse motivo renegada da totalidade da história ocidental por Hegel na modernidade. Ademais reforça a ideia de que pessoas daquela região não têm características de homem, pelo fato de serem negras/negros e não serem civilizados com a mesma cultura ou religião ao modo europeu. Hegel chega a afirmar que: “O negro representa o homem natural em toda a sua selvajaria e barbárie: se pretendemos compreendê-lo, devemos deixar de lado todas as representações europeias.” (HEGEL, 1995, p.180). Este é um ponto culminante de um preconceito eurocêntrico, onde se a cultura é diferente da cultural europeia, já não cabe mais na condição de homem/civilizado. Para Hegel “esta primeira condição natural é a animal” (p.181) e, no decorrer da história, o branco europeu colocou-se na posição de superior a/ao negra/o. Contudo, isto é uma construção social, conforme já foi dito, não existindo perfeição étnica e nem cultural. Assim, faz-se necessário acentuar que todo esse processo faz parte de um pensamento hegemônico, eurocêntrico e consolidado que se tornou um desafio para a criação da identidade negra, pois tanto a mulher negra quanto o homem negro foram/são bombardeadas/os por estereótipos ainda na contemporaneidade.

De acordo com o que foi possível perceber até este momento, toda ação dos seres humanos traz consigo consequências e uma história não deixa de existir, mesmo que ela não seja contada. O racismo, o preconceito e as indiferenças são consequências de uma existência que foi desrespeitada, sem contar em tantas desumanas mortes que ocorreram e ocorrem por um pensamento de superioridade. Refletindo essa construção de uma identidade afrodescendente deve se ter em mente que a/o negra/o tiveram um papel importante na construção da cultura nacional, não deixando somente reflexos africanos à parte na cultura contemporânea, mas que, apesar da dilapidação, como salientado acima, mesclaram-se culturas diferentes que mostram a beleza do povo brasileiro. Porém, ainda hoje observa-se a presença de intolerância, racismo e preconceitos e tantos outros modos de subalternização.

Desse modo, desenvolver uma trajetória que enfrente o desafio de compreensão do que se passa na sociedade é uma forma de valorização da identidade nacional. Como modo de enfrentamento desse desafio, na seguinte seção, indicar-se-á o papel da mulher negra no processo de desnaturalização do homem branco patriarcal e proprietário como aquele que está no topo da hierarquia social.

A mulher negra: emblemática para a compreensão da reedição das formas de sexismo e racismo

*“Um dia aprendi
uma arte secreta,
Invisibili-Dade, era seu nome.
Acho que funcionou
pois ainda agora vocês olham
mas nunca me veem
Só meus olhos ficarão para vigiar e assombrar
e transformar seus sonhos
em caos.”
(Adil Jussawalla)⁹*

Na presente sessão indicar-se-á a capacidade de persistência da subalternização da identidade negra e do racismo, no tempo longo, mostrando assim como se faz necessário, nos dias atuais, um olhar étnico-racial. Para isso, buscar-se-á versar sobre o lugar emblemático que a mulher negra ocupa nessa reedição das formas de subalternização, através das práticas de uma masculinidade tóxica¹⁰ e do racismo. Contudo, nessa seção também apontar-se-á a urgente e irrenunciável necessidade de desconstrução da herança escravocrata, patriarcal e classista e focalizar na valorização da identidade da mulher negra, rompendo a invisibilidade das mesmas juntamente com o silêncio de suas vozes, uma vez que a voz branca, hegemônica e masculina prevalece no poder naturalizada como “normal” pelo senso-comum.

Conforme salientado na seção anterior, a partir da perspectiva eurocêntrica, a população negra só se torna útil na medida em que ela é objeto de trabalho para o homem branco, que, numa relação doentia, necessita da desumanização do negro para manter a sua própria humanidade. Nessa perspectiva da mulher negra, a filósofa Djamilia Ribeiro (2019) cita em seu livro “Lugar de Fala?” o discurso intitulado “E eu não sou uma mulher?” de Sojourner Truth em 1851, ex-escrava, pronunciado numa Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio, Estados Unidos:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, que é preciso carregá-las quando atravessam um lamaçal e que elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendido como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (RIBEIRO, 2019, p.19).

Truth com sua vida complexa, na qual sofreu a dor de existir numa sociedade eurocêntrica, masculina, proprietária e hegemônica, teve forças para lutar pelos seus direitos e das/os outras/os. Afirma acima a realidade da mulher negra, que não era apenas diferente do homem branco, mas

⁹ BHABHA, 2007, p. 78

¹⁰ Masculinidade tóxica é uma descrição repressiva da masculinidade. É definida como violência, o homem como superior, status e agressão. Onde a força é tudo e as emoções são uma fraqueza. Na masculinidade tóxica perpetua a cultura do estupro, homofobia, misoginia, racismo e machismo.

também totalmente diferente e colocada como inferiorizada em relação à situação da mulher branca. Nessa perspectiva, Angela Davis (2016) cita em sua obra “Mulheres, raça e classe” um grande abolicionista negro Frederick Douglass:

Quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas; porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres. (DAVIS, 1944, p. 50).

Douglass era um homem que discutia e defendia os direitos das mulheres. O fato de que o trabalho da mulher negra, desde o início da história, tenha sido essencial para o bem-estar das classes dominantes, estas últimas, com uma ética conservadora e desigualitária, desqualificaram o valor desse trabalho. O desafio que perpassa a história é identificar as diversas formas de racismos presentes em nosso meio e desenvolver uma conscientização da necessidade de uma sociedade igualitária e que respeite as diferenças. “temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza.” (SANTOS, 2003, p.56).

Sarah Baartman, apelidada de Vênus Hotentote (1789-1815), mulher negra, sul-africana, que sofreu com a exploração e desumanização eurocêntrica, comprada em 1814, como prostituta e escrava, por um francês domador de animais, era exposta tendo de aceitar exibir-se completamente nua e com a pretensão de destacar sua diferença em relação às mulheres brancas, as quais eram consideradas “normais”. “Sarah possuía, como muitas mulheres khoi-san, nádegas protuberantes (esteatopigia) que despertaram grande fascínio entre os viajantes e colonizadores europeus” (DAMASCENO, 2008, p. 2). Não bastando tal humilhação em vida, após sua morte o anatomista e paleontólogo, chamado Georges Cuvier (1769-1832), dissecou seus restos mortais sob o pretexto de pesquisa científica. Além disso, preservou o esqueleto de Sarah, colocou seu cérebro e seus órgãos genitais em frascos, sendo expostos no Museu do Homem de Paris. Janaína Damasceno Gomes (2008), antropóloga e filósofa afirma:

Se no século XIX o corpo europeu masculino representa a normalidade, o quê se não o corpo de uma mulher, negra, para representar sua radical alteridade? Não foi com surpresa que Jay Gould (1990) notou ao visitar o Museu do Homem de Paris no início dos anos 1980, que próximo de onde estavam expostos os cérebros de franceses “notáveis” como Renée Descartes e Pierre Broca, representantes do racionalismo francês, não havia um só cérebro de mulher, como contraponto eram expostos próximos deles os genitais de “uma negra, uma peruana e da Vênus Hotentote”. Se Saartje servia no século XIX para marcar a diferença entre homens e mulheres, contribuiu também para que se constituísse a identidade masculina europeia (DAMASCENO, 2008, p. 2).

Embora no século XXI, onde não há mais escravidão legal e nem pessoas sendo exibidas como bichos, o racismo e machismo são uma herança hegemônica e patriarcal que teve grande destaque entre os séculos XIX e XX, como destacado acima, e que continua, infelizmente, perpassando a história. Nascer mulher, sobretudo negra, na atualidade causa indiferença, que leva a desigualdade ainda mais num sistema classista como o Brasil. Como afirma Gomes (2017):

As desigualdades de gênero e raça, dentre outras desigualdades, também contribuem para essa distância entre brancos e negros, com um bem montado projeto de sociedade que legitima no topo da hierarquia a elite brasileira, aprofundando as desigualdades raciais. (GOMES, 2017, p.375).

O padrão da normalidade tradicionalmente ditado é constituído por famílias brancas com papéis bem definidos e binários: homem e mulher, masculino e feminino. Entretanto, os desafios se ampliam quando as famílias são constituídas por negras/os, sendo motivo de preocupação para uma mãe quando a filha é negra. Em relação a isso, Kusnetzoff (1988) afirma:

Nasceu um bebê. O que logo se diz dele? “É uma menina!” “É um menino!” esta palavra que designa entre os humanos o gênero do recém-nascido coloca-o automaticamente, num mundo social onde existem padrões de comportamento já fixos e determinados. O gênero – masculino e feminino – tem importância excepcional. (KUSNETZOFF, 1988, p. 19).

Conforme afirma Djamilia Ribeiro em “Quem tem medo do feminismo negro?” “O feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades”. (RIBEIRO, 2018, p.7). Ou seja, a questão da necessidade de afirmação da identidade da mulher negra ocorre por sua desqualificação e invisibilidade de seu padrão estético e de seu modo de ser. “O fato é que o outro é diferente e tem o direito de ser diferente e ser aceito” (ROHNER, 1989, p.27).

Um grande desafio é estabelecer uma estrutura social e cultural que visa à igualdade, respeitando as diferenças, entre feminino e masculino, negras/os e brancas/os. Nesse aspecto deve-se compreender a diferença não como um sinal negativo, mas como expressão de formas plurais de existência. Para que isso seja possível no Brasil, com resquícios escravocratas, é fundamental a tomada de consciência de que há diferenças valorativas no plural.

Portanto, construir o valor identitário, social e religioso de um ser humano, a partir de características externas a sua realidade é rebaixá-lo ao nada e se mostrar superior àquela/e que são apenas diferentes. Quando forem de fato expressos o respeito e o direito mútuo entre as relações humanas, sociais e religiosas entre negras/os e brancas/os, obter-se-á valorizações de existenciais, plurais. Conforme afirma Franz Fanon (2008), a questão fundamental é repor a pessoa no seu lugar de dignidade (FANON, 2008, p. 87), pois, a mulher negra só passou a ser vista como subalterna na construção social feita pela branquitude tóxica, a qual necessitava da desumanização para prevalecer a sua própria “humanidade” e a própria cultura. É preciso dar voz às mulheres negras tais como Lélia Gonzalez, Luíza Mahim, Bell Hooks, Angela Davis, Chimamanda Adichie, Djamilia Ribeiro e tantas outras, para que sejam reerguidas, visibilizadas, o que poderá contribuir para o empoderamento das mulheres negras e para construção de uma sociedade efetivamente democrática e plural.

Nesse processo de dar visibilidade e voz às mulheres negras, as religiões de matriz afro cumprem importante papel, pois as mulheres e suas características, seja nas mães de santo ou nas divindades (Iemanjá, Iansã, Oxum e Nanã) afirmam essa centralidade feminina, na igualdade e na diferença na construção do sagrado.

As religiões de matriz afro como forma de valorização da mulher negra

*“Porque a tua canção é sofrimento
e a tua voz, sentimento e magia.
Há nela a nostalgia da liberdade perdida,
a morte das emoções proibidas,
e saudade de tudo que foi teu
e já não é.
Diz-me, irmão negro,
quem a fez assim...
Foi a vida? o desespero? o medo?”
(Noémia de Souza)*

Conforme descrito, o racismo no Brasil é estrutural. Foi e segue sendo e ressignificado ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano. Contudo, apesar dessa permanente reinvenção das formas de subalternização das negras/os, a resistência dessa população teve formas plurais de manifestação. Na segunda seção apontou-se para o emblemático papel das mulheres negras nesse processo. Na presente seção apresentar-se-á uma outra forma de resistência com foco nas mulheres negras: as religiões de matriz afro, de modo mais específico, o candomblé.

Dessa forma, analisando as religiões de matriz africana é possível observar como as mulheres e o feminino estão presentes e, mais do que isso, são valorizadas como forma fundamental de relacionamento com os homens, a natureza e o sagrado. Há pouca visibilidade para as heranças africanas (cultura, tradições e religiões, etc.) e para o modo de como elas contribuem para a construção da identidade brasileira. A hipótese mais relevante é a de que por causa do passado colonial escravagista é que não há muitos escritos decoloniais de uma filosofia da cultura no Brasil, tendo como objeto de estudo as heranças culturais e religiosas que foram trazidas do continente africano e persistiram até o momento. Estas, de modo recorrente, foram retratadas como formas “demoníacas” e não como expressão da religiosidade de um povo.

Antes de adentrar no tema indicado acima, é relevante apontar a dificuldade metodológica, para tratar sobre as mulheres no Candomblé como tema investigativo. Isso porque nessa religião de matriz afro não há textos sagrados e, sim, a tradição oral, sendo difícil ter referências escritas e conceitos gerais que abranjam a vasta tradição africana sobre a presença do feminino no sagrado que conduza a rápida e fácil compreensão da dinâmica das mulheres no Candomblé.

Com a chegada das mulheres/homens negras/os escravizadas/os no Brasil ocorreu igualmente a chegada de suas próprias culturas, crenças, tradições e religiões, como o Candomblé. O autor Edmar Ferreira Santos (2009) afirma que: “O Candomblé é o resultado da preservação dos cultos ancestrais aos orixás dos distintos povos africanos traficados e escravizados no país”. (SANTOS, 2009, p.25). A importância da preservação dos cultos ancestrais e do sincretismo religioso é anteriormente afirmado por Roger Bastide¹¹:

Nos flancos sonoros dos navios negreiros vieram não só os filhos da Noite, mas também os seus deuses, os orixás dos bosques, dos rios e do céu africano. É verdade que, no cais dos portos brasileiros, o capelão esperava os nagôs, os jejes, os angolas – capelães das cidades, capelães dos engenhos, para lhes ensinar as preces latinas e os batizar com o Espírito Santo. Os negros confundiriam suas divindades sombrias com os santos católicos, mas continuariam, por meio dos cantos e das danças tradicionais, a adorar os deuses de além-mar. E assim nasceu o Candomblé, perdurando até os nossos dias, apesar das muitas transformações por que passou. (BASTIDE, 2001, p. 327).

É importante observar a resistência das/dos negras/negros que se deu ao longo da história, apesar da colonização social, simbólica, religiosa e política, aquelas e aqueles souberam persistir, no tempo e no espaço, com suas raízes, seus valores, suas práticas e suas crenças. É de fundamental importância reforçar essa resistência, pois ela ocorreu contra inúmeras tentativas de assimilacionismo dos não-brancos, e das recorrentes tentativas de branqueamento, tal qual como ocorreu no final do século XIX. (SKIDMORE, 1974; SOARES, 2008). Sobre a colonização Frantz Fanon (2008 [1961]) afirma em “Pele negra, máscaras brancas”:

Todo povo colonizado – isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural – toma posição diante da

¹¹ Roger Bastide (1898-1974) nasceu na França. Veio para o Brasil 1938. Antropólogo e sociólogo. Grande estudioso sobre as religiões afro-brasileiras. Principais obras: “O candomblé da Bahia”, publicado em 1958 e “As Américas negras: as civilizações africanas no novo mundo” em 1967.

linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será. (FANON, 2008, p.34).

A população negra, afro-brasileira, apesar do preconceito racial, religioso e tantos outros desafios, soube, mesmo que por meios que implicavam a subalternização, preservar sua essência. Extraiu do sepultamento de sua cultura uma faísca resistente, a qual se alastrou por todo o Brasil e pelo tempo, até os dias atuais. Essa persistência existencial entra na perspectiva da mulher, pois a mesma encontrou nas religiões de matriz afro o acolhimento, a proteção e o respeito:

O Candomblé ensina que o ser humano não cabe em um único molde. Por isso a prática comum no Candomblé é da “teologia do acolhimento”, tão cara aos modernos movimentos católicos e evangélicos... Ou seja, a pessoa é bem-vinda ao terreiro, do jeito como ela está, sem perguntas, sem questionamentos. (CARMO, 2006, p. 20).

No candomblé, a mulher e toda sua subjetividade feminina são fundamentais. Assim é nas religiões de matriz afro. Ressalta que, “A ‘mulher’, na religião dos orixás, teve na mitologia papel crucial.” (BASTOS, 2011, p.50). Em alguns terreiros, diferente de outras religiões, a figura feminina é tão potencializada que a mulher se encontra na liderança, chamada de “mãe de santo”. É aquela que preza pela educação religiosa de seus “filhos de santo”, passando a eles os ensinamentos aprendidos dos antepassados e ancestrais, tais como: os ritos, as músicas, danças, orações, o amor e respeito ao divino e aos outros. Existe uma autêntica identidade feminina que preza pelo bem comum entre mulheres e homens, seres humanos e divindades.

Uma religião que é preservada pela oralidade, como o Candomblé, é ligada a mitos e nestes, também, a potencialidade da mulher e a valorização da sua feminilidade são muito bem expressas. São revelados nos mitos: a liderança, a coragem, a força e inteligência de todos os orixás femininos, conforme demonstra Reginaldo Prandi (2001) em sua obra “Mitologia dos orixás”: “Iansã, que quer dizer mãe nove vezes” (p.294), orixá guerreira, empoderada, “usava seus encantos e sedução para adquirir poder” (p.296), “Iansã foi Rainha dos espíritos dos mortos é a única que teve a audácia de entrar no reino dos mortos” (p.308). Iemanjá, “Rainha do mar e tudo que nele habita” (p.380), é reverenciada com respeito e admiração. “Aquele que ajudou Olodumare na criação do mundo” (p.380). Nanã, a mais sábia, mãe de todas/os mulheres/homens. “Veio de Nanã a matéria para a modelagem da criação do homem” (p.194), “Naná era considerada grande justiceira. Qualquer problema que ocorresse, todos a procuravam para ser a juíza das causas.” (p.198). Oxum é a Deusa da beleza, charmosa e sensual a ela foi dada a tarefa de criar os seres humanos. Prandi (2001) descreve o mito de Oxum e, neste, pode-se observar o empoderamento feminino numa relação com a realidade:

Oxum faz as mulheres estéreis em represália aos homens.

Logo que o mundo foi criado,
todos os orixás vieram para a Terra
e começaram a tomar decisões e dividir encargos entre eles,
em conciliábulos nos quais somente os homens podiam participar.

Oxum não se conformava com essa situação.

Ressentida pela exclusão, ela vingou-se dos orixás masculinos.

Condenou todas as mulheres à esterilidade,
de sorte que qualquer iniciativa masculina
no sentido da fertilidade era fadada ao fracasso.

Por isso, os homens foram consultar Olodumare.
Estavam muito alarmados e não sabiam o que fazer

sem filhos para criar nem herdeiros para quem deixar suas posses,
sem novos braços para criar novas riquezas e fazer as guerras
e sem descendentes para não deixar morrer suas memórias.
Olodumare soube, então, que Oxum fora excluída das reuniões.
Ele aconselhou os orixás a convidá-la, e às outras mulheres,
pois sem Oxum e seu poder sobre a fecundidade
nada poderia ir adiante.
Os orixás seguiram os sábios conselhos de Olodumare
e assim suas iniciativas voltaram a ter sucesso.
As mulheres tornaram a gerar filhos
e a vida na Terra prosperou. (PRANDI, 2001, p. 345).

Mostra-se nesta narrativa a alteridade do feminino e sua importância na harmonia com a toda criação. Em relação com a realidade, demonstra a questão do gênero, quebrando com os paradigmas machistas/sexistas, onde a relação entre masculino e feminino é de superioridade e inferioridade. De certo que, a relação entre mulher e homem não se encontra superior nem inferior, mas igualada por meio das diferenças, subjetividade de cada um/uma. Onde ambos, mulheres e homens, sentam-se na mesma mesa e nessa harmonia “a vida na terra prospera”.

Assim, dentro do contexto do Brasil, caracterizado pelo patriarcado eurocêntrico, com preconceito de gênero e racial, a liderança de mulheres numa religião, se destaca como um fenômeno inusitado e de extrema relevância para um novo pensamento decolonial. Dialogar com os fenômenos antropológicos, sociais, políticos e religiosos que dão e promovem voz e vez às mulheres é fundamental, uma vez que tal diálogo promove uma compreensão de que mulheres e homens devem ser seres que não se excluem pelas diferenças, mas, ao contrário, são exatamente valorizadas/dos por sua subjetividade.

Considerações finais

Raízes e ancestralidade são temas comumente presentes quando se trata da história de um povo que, na consciência e persistência, busca manter sua cultura, crenças, valores. Nisto, a família tem função fundamental ao formar as gerações. É importante ressaltar que a história do negro vai muito além do período de subjugação na escravidão. É história milenar.

Desde o período da colonização do país se fez presente a discriminação, a começar pelos povos originários (povo indígenas). Ainda hoje, infelizmente, é fortemente sentida. O racismo é estrutural.

Alguns apregoam não existir racismo. Os quadros estatísticos desmentem e escancaram o que é escândalo e crime quando apresentam a desproporcional e criminosa condição de trabalho, moradias, salários e outros para com os mais pobres e negros, sobretudo, a mulher. Os negros, sobretudo, os jovens, seguem sendo as grandes vítimas da violência policial.

Ao final de um percurso tão complexo que teve como objetivo pensar os desafios da construção identitária das mulheres negras, torna-se difícil dar tal reflexão por encerrada. A sensação que fica é que o ponto final é um outro (re)começo. Isto porque o discorrido é um convite a refletir conscientemente na necessidade da (des)construção de um pensamento hegemônico. Ir além das ideias eurocêntricas que levaram e seguem levando a subalternizações misóginas, racistas e sexistas.

Deste modo, o que se buscou foi traçar, até o momento, um caminho com base na valorização do povo negro, de uma cultura e religião; um percurso não hegemônico que rejeita a ligação com os meios de (re)produção e imposição de um único pensamento e uma única cultura valorativa. Reconhece-se que tanto os europeus, como também outros povos, contribuíram para uma hierarquização e subalternização das identidades não-brancas presentes na formação do povo brasileiro. Negar e invisibilizar existências culturais e religiosas é apagar/matar a história.

É preciso enfatizar que em momento algum se desconsidera a contribuição dos europeus e outros povos para a formação nacional. O livro “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro (1995) é uma importante referência do sentido e processo de valorização das diferentes matrizes culturais formadoras do Brasil. Desse modo, o que se quer destacar é a maneira como alguns representantes destes segmentos contribuíram para as formas de subalternização, estabelecendo um padrão de uma masculinidade e branquitude tóxicas.

O agir sustentado pelo pensar consciente na contemporaneidade leva a identificação dos problemas e a mudá-los de forma a repor todo ser humano no lugar da dignidade. A mulher negra com sua subjetividade: seu cabelo crespo, seus traços mais próprios, sua forma de se vestir e sua feminilidade é uma parte do belo rosto da identidade brasileira. Contemplar com respeito essa esplêndida existência é uma forma de enaltecimento das nossas próprias raízes como afro-descendentes.

É expressiva e contundente a fala do ex-presidente da África do Sul, Nelson Mandela (2013): “Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele ou por sua origem, ou sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender. E se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar”. O que se busca é a valorização do ser humano enquanto digno de direitos iguais, em diálogo com os pensamentos contrários, “pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto. A bondade humana é uma chama que pode ser oculta, jamais extinta.”

Cada pessoa faz a leitura e interpretação desde onde estão apoiados os pés, ou seja, a partir de onde se localiza mental e emocional. Então, como é possível alguém falar de negritude e discriminação se não tem o que de fato a identifica ali e nem já foi vítima de preconceito?

Como pode alguém falar da dor da pobreza quando nunca experimentou em concreto a falta até do mínimo necessário a uma digna existência?

Reclamos recentes têm se manifestado em várias partes do planeta. Reclamos abafados por séculos através da violência, ideologização, negação. Vozes ecoam, silêncios soam dissolutos. A consciência se desenvolve paulatina e resolutamente.

Para contrapor à barbárie do racismo é preciso valorizar e ter orgulho da própria história. Orgulho de ser negro e feliz. Lutar pela justiça social.

Referências

- Ballestrin, Luciana M. De Aragão. Teoria política da decolonização: uma perspectiva latino-americana. *In: Encontro abcp*, 9., Brasília, 2014. <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2017/04/teoria-politica-descolonizacao-perspectiva-latino-americana.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.
- Bastide, Roger. (2001). *O candomblé da Bahia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Bastos, Ivana Silva. (2011). *Mulheres labás: sexualidade, transgressão no candomblé*. João Pessoa: UFPB.
- Carmo, João Clodomiro do. (2006). *O que é Candomblé*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Carneiro, Sueli. (2002). Gênero e raça. *In: Bruschini, Cristina; Unbehaum, Sandra G. (org.). Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Ed. 34 p. 167-194.
- Damasceno, Janaina. O corpo do outro. Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. : http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf. Acesso em: 16/08/2019
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- Diop, Cheikh Anta. A origem africana da civilização: mito ou realidade. Tradução: Mercer Cook. <https://estahorareall.files.wordpress.com/2016/09/a-origem-africana-da-civilizac3a7c3a3o-mito-ou-realidade-cheikh-anta-diop1.pdf>.
- Fanon, Frantz. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Bahia: Editora Edufba.
- Gomes, Lílian C. B. A histórica violência de longa duração das elites brasileiras. https://www.researchgate.net/publication/322012832_A_HISTORICA_VIOLENCIA_DE_LONGA_DURACAO_DAS_ELITES_BRASILEIRASHist.
- Gomes, Nilma Lino. (2017). *Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Rio de Janeiro.
- Gonzalez, L. (1983). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *In: Silva, Luiz Antônio Machado da Silva (org.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Brasília: ANPOCS; CNPQ. (Ciências Sociais Hoje, 2).
- Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. (1995). *A razão na história: introdução à filosofia da História Universal*. Lisboa: Edições 70.
- Jussawalla, Adil J. (2007). A pessoa desaparecida. *In: BHABHA, Homi. O local da cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Kusnetzoff, Juan Carlos. (1988). *A mulher sexualmente feliz: do mito à verdade científica*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Psicologia).
- Mandela, Nelson. (2013). “67 citações impressionantes por Nelson Mandela”. *A cor da Cultura*,. <http://www.acordacultura.org.br/artigos/06122013/67-citacoes-impressionantes-por-nelson-mandela>. Acesso em 24/10/2019.
- Noémia, Carolina A. de S. S. (2016). *Sangue negro*. Coleção Vozes da África. São Paulo: Kapulana.
- Prandi, Reginaldo. (2001). *Mitologia dos orixás*. São Paulo: Companhia das Letras.